

35º Encontro Anual da ANPOCS
24 a 28 de outubro de 2011 – Caxambu/MG
GT 07 *Dimensões do urbano: tempos e
escalas em composição*

“Ô menino, o perigo que cê quer saber, você já sabe muito bem. Num precisa d’eu te explicar”: Reflexões etnográficas sobre percepções de risco numa comunidade erguida sobre o lixo, na periferia de Goiânia-GO.

Autor: Arthur Pires Amaral
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Faculdade de Ciências Sociais
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Introdução

A construção de um objeto etnográfico para a minha pesquisa de mestrado¹ teve início em abril de 2010, quando uma reportagem do jornal *O Popular*² revelou que mais de cinco mil pessoas vivem sobre antigos lixões na região metropolitana da cidade de Goiânia-GO (MARCOS, 2010). Essa denúncia tinha sido motivada pela tragédia que acometeu centenas de moradores de uma comunidade pobre que vivia no Morro do Bumba, periferia de Niterói-RJ. Relembrando: no dia 7 de abril daquele ano, fortes chuvas que caíam no Estado do Rio de Janeiro, durante toda uma semana, provocaram um enorme desmoronamento de terra na ocupação do Bumba. Cerca de sessenta casas e duzentas pessoas foram soterradas; quase três mil moradores desabrigados e mais de trinta foram mortos (FILHO, 2010; O ESTADO DE S. PAULO, 2010; REDAÇÃO ÉPOCA, 2010; REINA, 2010). Um fato particular chamou a atenção das pessoas para este desastre: a comunidade se ergueu sobre um lixão a céu aberto, que funcionou por quase 16 anos e foi desativado em 1981. Haveria, então, uma relação de causa e efeito entre as toneladas de resíduos em decomposição, aterrados sob o terreno e suas construções, e o deslizamento de terra?

Voltando ao contexto da reportagem citada acima, nela se afirma que o bairro Parque Santa Cruz³ – na região sudeste de Goiânia – também foi construído numa área que servia como lixão, num período anterior à ocupação das primeiras famílias⁴, e que mesmo sem a retirada dos resíduos ou a devida descontaminação do solo, elas apenas o aterraram e passaram a habitar sobre a enorme quantidade de lixo que ali existia (MARCOS, 2010). Segundo os especialistas consultados pelo jornalista, os resíduos decompostos produzem gases inflamáveis, como o metano, que podem provocar explosões; o chorume gerado (e que contém mercúrio) contamina o solo e a água do bairro, o lençol freático e, assim, córregos e rios da cidade. Além disso, como boa parte

¹ A ser defendida em março/2012 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFG, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Telma Camargo da Silva.

² De circulação diária em todo o Estado de Goiás.

³ Daqui para frente, eu uso também as seguintes nomenclaturas ao me referir a este bairro: Pq. Santa Cruz ou, simplesmente, Santa Cruz.

⁴ Não sei se por erro de edição ou pela desatenção do repórter, ele afirma que o Santa Cruz tem sua origem por volta do ano de 1989. Mas, segundo uma reportagem do jornal *Diário da Manhã* de janeiro de 1983: “A invasão do Parque Santa Cruz surgiu há cinco anos [portanto, em 1978], com a retirada de 15 famílias do Jardim Botânico. A própria prefeitura encaminhou os invasores para a área do aterro sanitário” (FRANÇA, 1983). Os moradores entrevistados durante o meu trabalho de campo confirmam esta última datação.

desse lixo do Santa Cruz é constituída por materiais orgânicos, ao sofrerem decomposição liberam gases, formando vazios no interior do solo. Resultado: acomodação da terra, o que pode provocar o afundamento da fundação das construções locais e, conseqüentemente, a constante formação de rachaduras nas paredes (idem, 2010).

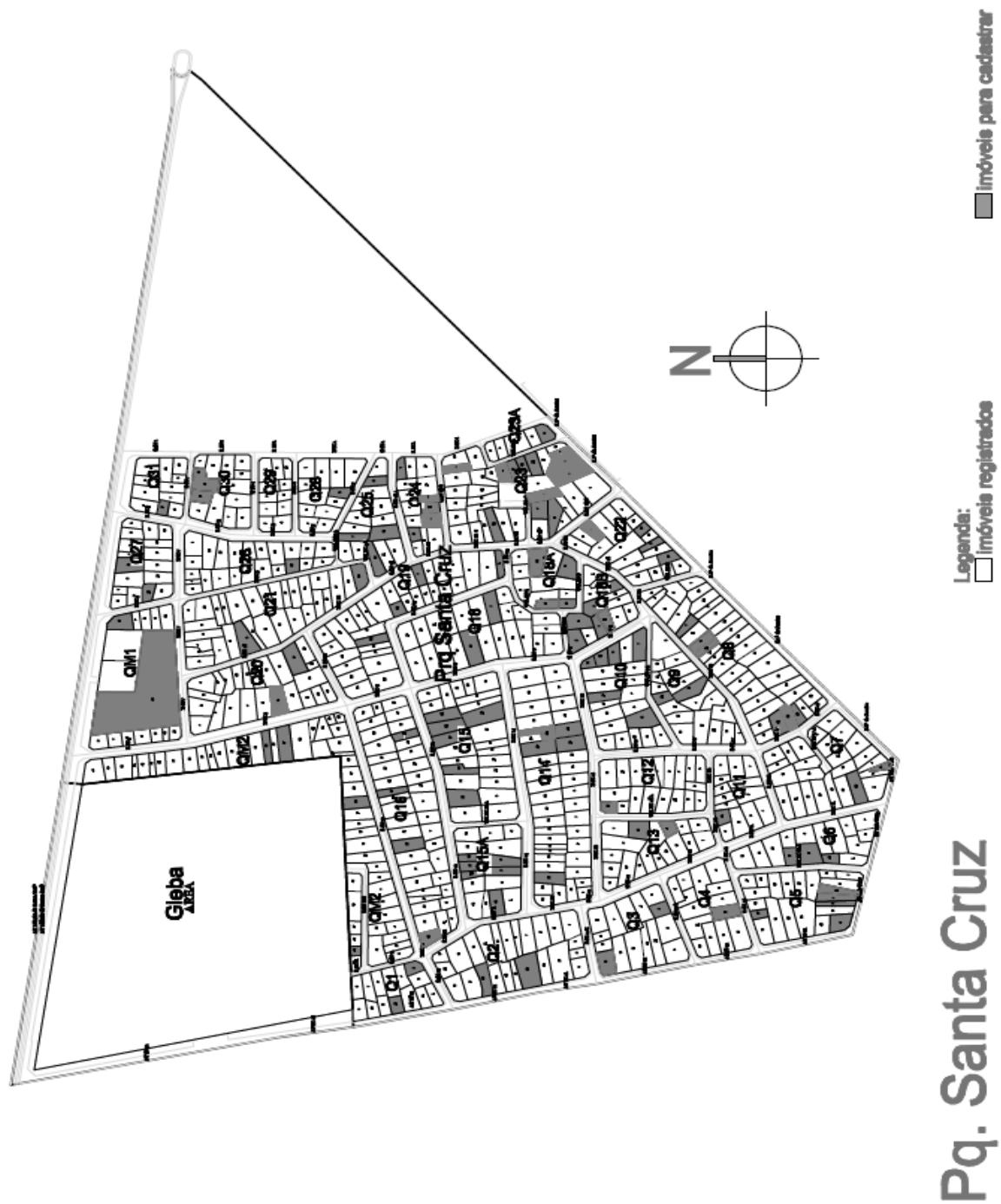
Tanto o Morro do Bumba quanto o Parque Santa Cruz têm em comum não apenas uma condição de moradia sobre o lixão, mas, sobretudo, o fato de suas famílias estarem sujeitas a riscos sociais e ambientais provocados pela presença de resíduos sob suas casas. Outra forte semelhança entre as duas comunidades está na existência local de uma *arena social do risco*⁵ composta, por um lado, pelos moradores numa situação de vulnerabilidade social e, por outro, pelas prefeituras, agências municipais e estaduais de meio-ambiente e de habitação, e, até mesmo, pelo Ministério Público, responsáveis por negligenciar durante décadas os (possíveis) perigos que ameaçam os primeiros.

No caso do Pq. Santa Cruz, desde o mês de abril de 2010, cerca de 113 famílias que têm a posse, mas não a propriedade legal de seus lotes, estão sendo cadastradas pela Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) para que suas casas sejam incluídas numa política de regularização fundiária coordenada por esta empresa estadual, com participação conjunta da Agência Municipal de Meio-Ambiente, da Prefeitura de Goiânia e do Ministério Público de Goiás⁶. Com este procedimento a AGEHAB concluirá o processo de legalização dos imóveis que se iniciou em 1985, quando o então prefeito de Goiânia, Nion Albernaz, aprovou por meio de decreto⁷ o loteamento e a urbanização da ocupação, transformando-a em bairro.

⁵ Conforme a discussão de ARAÚJO & GÜNTHER (2009) acerca das diferentes interpretações sobre o conceito de *situação de risco* entre moradores e trabalhadores de uma área urbana – bairro Vila Carioca, região sudeste da cidade São Paulo/SP – contaminada por resíduos perigosos provenientes de indústrias do setor químico, os quais foram dispostos de forma inadequada na localidade ao longo de, aproximadamente, trinta anos.

⁶ O que constitui a chamada *Regularização Fundiária Plena*, composta por três etapas: a) Regularização Jurídica, na qual procedimentos cartoriais e jurídicos são realizados para facilitar a transferência de domínio da terra urbana do Estado para as famílias beneficiadas; b) Regularização Urbanística, para a preparação de diagnóstico urbanístico e propostas de melhorias para o bairro (infraestrutura, equipamentos públicos, serviços urbanos, arborização e acessibilidade), além da elaboração e aprovação de projeto do loteamento, se necessário; c) Regularização Social, fase em que se elabora, executa e monitora determinados projetos de intervenção social, tais como: mobilização e organização comunitária, educação sanitária, ambiental e patrimonial, geração de trabalho e renda (GOIÁS, 2010).

⁷ Decreto nº 620, de 14 de novembro de 1985, publicado no Diário Oficial do Município (Fonte: Divisão de Biblioteca e Documentação (DVDOC) da SEPLAM – Secretaria de Planejamento do Município de Goiânia).



Planta de loteamento do Parque Santa Cruz. Destaque (em cinza) para os imóveis das 113 famílias que serão cadastradas pela AGEHAB para a concessão de escrituras.

Fonte: Agência Goiana de Habitação

Será que com o reconhecimento jurídico da “invasão”⁸, os governos de Estado e município passaram a considerar segura a moradia no Santa Cruz? Quanto aos gestores públicos que atualmente coordenam a política de regularização dos imóveis ainda não legalizados, como eles definem a habitação no bairro? Afinal, as famílias desse lugar estão, ou não, sujeitas a riscos gerados pelo lixo em decomposição há quase trinta anos? Esse risco é percebido pelos moradores? Se não, por quê? Quais elementos presentes em suas experiências cotidianas no bairro são classificados como perigosos?

Por meio destas questões, eu objetivo analisar as atitudes e ideias dos moradores do Pq. Santa Cruz relativas a um *risco de moradia* e, por outro lado, investigar como esse risco é definido e controlado pelos poderes públicos que autoriza(ra)m a concessão de escrituras à comunidade. Espero que a etnografia produzida ao final de minha pesquisa traga uma contribuição aos estudos urbanos que articulem temáticas como percepção de riscos e produção social de lugares, assim como às políticas públicas voltadas para a regularização fundiária de imóveis em áreas contaminadas por resíduos perigosos.

A seguir, eu trago algumas das experiências que os moradores tiveram com o lixo, com o difícil processo de confecção de suas casas e com a luta pelo reconhecimento de seus direitos à moradia na cidade de Goiânia. É por meio das representações (re)construídas em suas narrativas daquele Santa Cruz “do tempo do lixão” que eu posso, por minha vez, refletir sobre as percepções nativas de risco num espaço hoje completamente urbanizado, cuja população sofre com o medo da violência que atinge, sobretudo, os bairros periféricos das metrópoles brasileiras⁹.

Neste *paper*, estão presentes depoimentos de moradores pioneiros do bairro e de dois professores que, na primeira metade dos anos 1980, se envolveram diretamente na

⁸ “Invasão”, conforme um ordenamento jurídico-institucional que regulamenta a propriedade urbana e o acesso da população à terra, à habitação e aos serviços e equipamentos públicos (energia elétrica, redes de água e esgoto, transporte, asfalto, coleta de lixo, educação escolar, postos de saúde, segurança, etc.). Deste ponto de vista, essas pessoas *invadiram* uma área, e não a ocuparam, já que sua ação representaria a ilegalidade da posse da propriedade de outrem (inclusive, de áreas do próprio Estado). Agora, se pensarmos a moradia como um direito social básico da cidadania, mas cujo acesso foi historicamente negado à ampla maioria da população pobre das cidades (KOWARICK, 2009a), então essa ação é legítima: “ocupa-se [...] aquilo que em algum momento, do passado ou do presente, foi usurpado de um grupo ou classe social, mesmo que não tenha sido ‘diretamente’ usurpado. [...] A] desigualdade de oportunidades, a exploração e a espoliação urbana impediram que [os] cidadãos mais pobres tivessem acesso à propriedade da terra ou à moradia” (SANTOS, 2008: 132). A diferenciação entre os termos *invasão* e *ocupação* não é, portanto, apenas semântica, mas antes parte da discussão sobre o que é legal e o que é legítimo (ver KOWARICK, op. cit.).

⁹ Para uma discussão que articule, do ponto de vista sociológico, o medo da violência e habitação, ver KOWARICK, 2009a e 2009b.

resistência contra a remoção das famílias da ocupação. Eu tive a oportunidade de conhecê-los durante o meu trabalho de campo, iniciado em novembro/2010.

O Parque Santa Cruz: a formação do bairro através da ocupação de um lixão e da luta pelo direito à moradia própria

Nas ruas e vielas estreitas, por vezes, sem saída, do Pq. Santa Cruz, onde hoje vivem mais de quatro mil pessoas¹⁰, não é difícil eu me deparar com moradoras e moradores pioneiros do bairro que por lá se estabeleceram com suas famílias no fim da década de 1970, ou no início dos anos 1980. Às vezes, os encontro na calçada em frente a sua casa, ou no quintal, sentados sozinhos numa cadeira, “pensando na vida”, consertando algum objeto que ainda pode ser útil para eles, ou apenas conversando com um vizinho no chão mesmo, buscando, entre uma conversa e outra, se esconder do sol forte e do mormaço que atrapalham sua visão, mas também, tentando fugir da rotina doméstica e do silêncio. É preciso que histórias e sentimentos sejam compartilhados.



Uma das muitas ruas estreitas do bairro.

Foto: Arthur Pires Amaral

Data: 09/04/2011.

¹⁰ Segundo dados da SEPLAM, de 2000 (apud MARCOS, 2010).



Viela sem saída (Depois de conversar, é preciso dar a volta!).
Foto: Arthur Pires Amaral
Data: 09/04/2011.

De maneira geral, os depoimentos dessas pessoas dão conta de uma realidade em que centenas de famílias oriundas do interior de Goiás e de outros Estados – como Bahia, Maranhão, Ceará, Tocantins, Roraima e Mato Grosso –, pressionadas pelas precárias condições econômicas em sua terra natal, fizeram parte de um fluxo migratório campocidade que teve fim com a construção de suas casas no antigo lixão. Mas no caminho até a ocupação do Santa Cruz, todos os nove pioneiros com quem conversei¹¹ haviam passado por outras cidades e/ou morado de aluguel em diferentes bairros da capital. Essa dura trajetória pode ser exemplificada na fala de seu Miguel¹² (78 anos).

Miguel: *Eu nasci no Estado da Bahia. Vim de a pé em [19]42. Eu tava com 10 ano. Eu gastei 2 mês do Estado da Bahia aqui no Goiás. [...] E aí, nós viajemo esse tempo tudo. Nós chegemo em Anápolis. Aí fui pra Ceres, na notícia da Colônia.*

Arthur (pesquisador): *Veio o senhor e mais quem?*

M: *Veio o meu pessoal. Veio mãe, vó, tio, tia.*

A: *E por que cês vieram da Bahia?*

M: *O negócio é cassar recurso, né. Porque lá era muito difícil. Hoje não, hoje mudou muito, né. Mas num é fácil também, não. Porque lá quase num tem serviço.*

¹¹ Que fazem parte do total de 26 moradores entrevistados até o momento.

¹² Todos os nomes de moradores são fictícios.

A: *Em que ano o senhor saiu de Ceres, da colônia, e veio pra Goiânia?*

M: *Não. Aí eu me casei... eu casei em 52. Aí, adquiri dois filho. Aí inventei ir pro Mato Grosso. Num sei se cê conhece aquela região de Rondonópolis, pra cá de Cuiabá. Até conheço Cuiabá, já fui lá. E aí lá, eu morei dez ano. Eu adquiri três menino de lá. [...] Aí, a minha família adoeceu. Eu falei: “Eu vou embora. Voltar”. Aí vim. Vim de mala. Aí vendi os trem lá e vim pra Goiânia. Fiz o tratamento do menino. Quando tava construindo o estádio Serra Dourada, foi a primeira firma que eu trabalhei. Em 73, porque ele [o estádio] começou em 72. E aí, eu vim pra cá [Goiânia]. Quando pensa que não, eu perdi a muié. Falei: “Agora enrolou. Agora eu tenho é que ficar quieto”. Aí eu fui trabalhar.*

A: *E quando o senhor veio pra Goiânia, onde o senhor morou antes de chegar aqui no Santa Cruz ?*

M: *Ah, naquele tempo era... pagava aluguel danado. Morei no setor Universitário. Morei no Novo Mundo. Morei no Santo Hilário. (Miguel, entrevista, 05/03/2011, Goiânia).*

Uma vez estabelecidos em Goiânia, a vida ainda continuou muito difícil. Tinham filhos para alimentar e cobrir durante as noites frias. Quase todo o dinheiro que conseguiam obter, por meio de atividades de baixa remuneração e provisórias, mal dava para pagar o aluguel do mês. A fome, o frio e o sonho da casa própria aguçaram assim as expectativas desses moradores com relação a uma área não habitada, de propriedade do Estado de Goiás, que servia como um lixão da cidade, às margens da antiga estrada para Bela Vista (atual Avenida Contorno), e onde um grande número de pessoas começava a tomar posse. Chegando ao local, imediatamente passaram a cercar seus próprios lotes e, em alguns casos, a negociar/vender ou mesmo “doar” outros. Dona Nadir (58 anos) foi uma das moradoras que comprou um lote no antigo lixão:

Nadir: *Meu marido trabalhava, ganhava um salário. Eu, na época, não trabalhava. Sei que foi muito difícil, muito difícil mesmo. Sem água e a gente comprou o material a prestação. Eu comprei esse lote aqui na época [em 1981]... eu paguei 40.000 cruzeiro nesse lote.*

Arthur: *A senhora pagou pra quem, se antigamente era um lixão?*

N: *Eu paguei... Quando eu mudei pra cá, já tinha... isso aqui já tava bem... já tinha bastante gente, né. E o dono... ele era, como diz... ele entrou aqui e pegou um bucado de lote pra ele, cê entendeu? Ele pegou um bucado de lote pra ele. Aliás, ele pegou, acho que uma quadra de lote, e saiu vendendo os lote.*

A: *Ele falou que era dele, e começou a...*

N: *Isso. Ele já morava aqui há mais tempo, muito tempo. E ele foi vendendo os lote, né. Exclusive, quando eu mudei pra cá, ele morava aqui do lado. Ele tinha essa casa aí, do*

lado. Ele tinha aquele outro [lote] lá de cima. Ele vendeu todos. Ele saiu vendendo de lá pra cá. Ele vendeu todos aqui. E tinha essa quadra aí, também, que parece, se eu não me engano, era dele também. Ele vendeu tudo (Nadir, entrevista, 12/02/2011, Goiânia).

As primeiras famílias do Santa Cruz se depararam com um espaço constituído por inúmeros pés de mamona, mato, minas d'água e toneladas de lixo a céu aberto, despejadas diariamente por caminhões da prefeitura até o ano de 1980, aproximadamente. Os pioneiros entrevistados por mim contaram que havia muito lixo hospitalar como seringas, agulhas e luvas, mas também, ferro, cobre, sacolas de plástico, vidro, restos de alimentos e até animais mortos. Num primeiro momento, muitos moradores separavam esse lixo e aproveitavam aquilo que poderia ser vendido. Dessa forma, conseguiam dinheiro para comprar comida e materiais de construção básicos para erguerem uma casa de tábuas, de adobe ou, se as condições financeiras fossem um pouco melhores, de alvenaria.

A: *É verdade que aqui, antes de ser um bairro, antes de ter o primeiro pessoal a vim aqui, aqui era um lixão da cidade de Goiânia?*

Ângela: *Era lixão, era sim. Ixi! Quando eu vim de Anápolis pra cá, isso aqui, isso era mato. Mato. Era... colônão, milho e mamona. Isso era mato. Era demais. Aí foi chegando gente. Cada um fazia um barraquinho num lugar, outro fazia noutro lugar. Aí foi crescendo. Aí, depois, veio o asfalto.*

A: *Quando a senhora chegou aqui, tinha muito lixo?*

Ang.: *Era lixo, meu filho! Aqui era lixo! Todo mundo aqui tirava plástico daqui. Todo mundo, todo mundo. Eu posso falar, que eu criei meus menino mais aqui foi tirando... Daqui a gente tirava o cobre, tirava ferro, tirava alumínio. Tirava tudo. Que tinha um carrinho que pegava... O rapaz pegava três vezes na semana aqui. Todo mundo, todo mundo aqui furava o chão e tirava. E o rapaz vinha e pegava, entendeu? Vinha e pegava.*

A: *A senhora acha que essa parte do lixão era em boa parte do bairro, ou... quanto que a senhora acha?*

Ang.: *Eu acho que é... geralmente, eu acho que é tudo. Agora, só que tem... tipo assim, tem uns lugar, parece que a terra era mais alta, sabe? Parece que o lixo era mais embaixo, mais fundo. Aqui mesmo. Aqui só deu lixo aqui num canto da casa, lá de dentro. Só num lugar. Mas o resto, não. Mas sempre tem um rachadim nas casa, sempre tem um rachadim (Ângela, 59 anos, entrevista, 22/01/2011, Goiânia).*

Como construir numa área onde a terra firme estava bem abaixo de uma montanha de resíduos? Para se ter uma noção da enorme quantidade de lixo aterrado que havia no local, uma reportagem do jornal *O Popular* de 21/10/2006 revela que o prédio de dois andares do Centro de Formação Humana e Promoção Social *Polivalente São*

Jose¹³ teve sua estrutura bastante comprometida por ter sido feita sobre o lixo. Para que o problema fosse resolvido:

[...] foi necessária a construção de 16 colunas de concreto, espalhadas por todo o edifício. Além das vigas de concreto, foram instaladas colunas metálicas em algumas salas, obra que resultou em um custo total de cerca de R\$ 50 mil. [...] durante a reforma, os operários chegaram a *cavar 9 metros de profundidade para sair do lixo* e fixar a nova fundação. “Caminhões e caminhões de lixo saíram desse terreno. Era algo inacreditável”, lembra a coordenadora [da ONG] (ASSIS, 2006; grifo meu).

Em alguns casos os moradores faziam uma “vaquinha” e contratavam o serviço de funcionários públicos municipais, com acesso a caminhões da prefeitura, que pudessem trazer quantidades suficientes de terra para aterrar o lixo em seus lotes. Porém, esse recurso não diminuía as dificuldades impostas pela presença dos resíduos: cisternas eram abertas, mas quando o morador finalmente encontrava o lençol d’água, ela era imprópria para o consumo e para o banho – tinha coloração escura, aspecto oleoso, “um gosto horrível [e] um cheiro insuportável. Num dava pra fazer nada!” (Márcia - 51 anos, entrevista, 22/01/2011, Goiânia; moradora do Santa Cruz desde 1979). Raros eram os lugares onde se podia abrir uma cisterna em que a água não estivesse contaminada. Quando era possível, ela era compartilhada com outros moradores. Segundo alguns dos pioneiros, cerca de trinta anos atrás havia um córrego que corria no bairro, mas como sua água também estava muito suja, ela era utilizada pelas pessoas somente para lavar as roupas – o que as deixava um pouco amareladas após o enxague.

Quanto aos imóveis de alvenaria, cuja estrutura exige uma fundação mais resistente, os moradores tinham que fazer perfurações profundas para conseguir atravessar a camada de lixo e, em seguida, fixar os alicerces em terra firme¹⁴. As residências que até agora eu pude conhecer ao longo da pesquisa de campo, e que hoje em dia apresentam grandes rachaduras nas paredes de diferentes cômodos, são aquelas construídas por cima dos resíduos aterrados. Isso ocorre porque mesmo com uma

¹³ Organização não governamental (ONG) de assistência social, vinculada à Igreja Católica, que atende a população mais carente do Pq. Santa Cruz desde 1997.

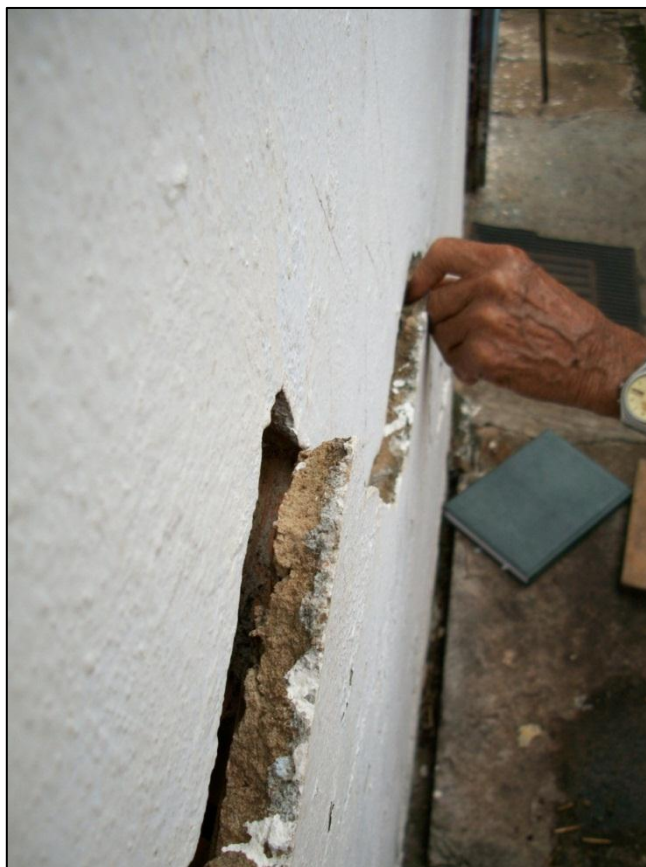
¹⁴ A percepção da profundidade do lixo aterrado no bairro varia conforme a experiência de cada morador com os resíduos e, também, a localização de seu lote – quanto mais “pra baixo” (sentido norte-sul, ver a *planta de loteamento* acima, p. 4), mais lixo há sob a superfície. Moradores me contaram que para fixar o alicerce da casa, ou abrir uma cisterna, tiveram que cavar buracos de 2 a 6 metros de profundidade para “ver se saía do lixo”.

fundação bem feita (na qual o morador utilizou grandes quantidades de cimento e ferro), a base sobre a qual elas foram erguidas é instável: com a decomposição do lixo o chão afunda, provocando o desnivelamento do piso e, conseqüentemente, das paredes.

Nadir: *Da 16 [a rua SC-16] pra cima, também, é lixo que ocê fica bobo de ver o tanto de lixo. Sabe ali onde é o açougue? Ali onde é o açougue, pode cavar três metro de profundidade que só dá lixo. Cê sabe como eles fizeram aquilo ali? Eles cavaram aquilo ali, colocaram... acho que chama... bica, né? Que eles falam. Bica não, como é que é que fala?*

Arthur: *Um cano assim pra...*

N: *Não. É tipo uma estaca fechada, toda fechada. Desceu essa estaca até lá embaixo, encheu ela de cimento. Depois eles fizeram uma viga de ferro por cima, e amarrou nessa estaca, todinho. O canto daquilo ali, tudo é amarrado. Então, parece que não deu rachamento. Não teve rachadura por causa disso. Por causa do alicerce que foi bem feito. Bom, por enquanto acho que não deu rachadura. Mas lá também é só lixo, lixo puro (Nadir, entrevista, 12/02/2011, Goiânia).*



“Eu fico incomodado. Num ter condição d’eu arrumar e vendo a casa quase caindo, né” (Entrada de uma casa)

Foto: Arthur Pires Amaral

Data: 05/03/2011.



*Às vezes, dá até pra ver o que tem
do outro lado (Dentro de um quarto)*
Foto: Arthur Pires Amaral
Data: 22/01/2011.

A possibilidade de uma dessas casas, ou parte delas, cair sobre as pessoas que nela habitam é preocupante. Mário (27 anos), vizinho de dona Nadir, vive de aluguel no Santa Cruz com a esposa e o filho de três anos. A casa onde moram já é a terceira erguida no mesmo terreno. A primeira, de adobe, caiu; a segunda, de tijolo comum, também. Ele me contou que se dispôs a fazer algumas reformas na casa para reforçá-la, mas o proprietário o proibiu, afirmando que vai deixá-la cair (!) para, depois, construir outra novamente. Por conta disso, Mário já estava procurando outro imóvel para alugar.

Em outros casos, a confecção da casa própria no antigo lixão demandou um esforço fora do comum. O depoimento de seu Diogo (62 anos) – que juntamente com sua esposa, dona Dora (53 anos), tomaram posse de um lote na área em 1980 – retrata bem um segundo modelo de autoconstrução da moradia no bairro, que se caracteriza pela remoção de todo o lixo do lote para, em seguida, depositá-lo em grandes valas onde hoje

passa a rua de frente ao imóvel. As casas assim confeccionadas parecem ser aquelas que não (ou pouco) apresentam rachaduras.

A: *Como é que o senhor fez pra construir aqui?*

Diogo: *Eu cheguei aqui, tava... Isso aqui era um monte de lixo, sabe? Mas a terra firme, né. Aqui num foi escavado pra cobrir o lixo, não. [...] Comprei madeira velha, essas coisa, né, tal, telha. E fiz um cômodo; e passei pra dentro. Aí eu comprei um carrinho de ferro, uma pá e uma peneira, e eu fui quando essa terra, esse lixo, né. Levantava de madrugada, cuava um pouco, tomava banho e ia pro serviço. De tarde eu chegava... Saía do serviço quatro é... três horas. Então, saía as quatro, né. Chegava aqui e aí, ia até dez hora da noite quando terra, né. Então eu fui quando e jogando onde já tinha cuado. Aí foi se tornando terra firme, né. E assim eu fui vivendo. Depois, eu fui comprando material devagarzinho (Diogo, entrevista, 05/03/2011, Goiânia).*

Uma vez vencida a barreira física imposta pelo lixão, os moradores tiveram que enfrentar outro obstáculo, dessa vez muito maior: as tentativas de remoção da população do Santa Cruz por parte dos poderes públicos municipal e estadual. Durante a administração do ex-governador Ary Valadão (março/1979 – março/1983), foi proposta a transferência dos moradores da chamada “área de risco”¹⁵ para a Chácara do Governador – loteamento que estava sendo preparado num terreno de propriedade do Estado de Goiás, e que é vizinho ao Pq. Santa Cruz (a Av. Contorno é o limite que separa os dois bairros). Entretanto, poucos foram aqueles que voluntariamente para lá se deslocaram. Era preciso resistir.

A maior parte dos moradores permaneceu onde estava; eles não queriam se arriscar. Na época, o governo estadual disponibilizou a infraestrutura urbana necessária à região, prometeu distribuir gratuitamente os lotes da Chácara aos interessados, e se dispunha a conceder empréstimos para a construção da casa própria no novo bairro. Porém, quem fosse para a Chácara deveria erguer casas de alvenaria conforme a planta cedida pela própria prefeitura e, sobretudo, arcar com todas as despesas com material de construção e mão-de-obra (FRANÇA, 1983). Como era possível “entrar nessa”, num

¹⁵ Assim definida pelo engenheiro Homar Rassi, pessoa autorizada pelo então governador Ary Valadão a negociar a transferência dos moradores. Ao mesmo tempo, técnicos do Sindicato dos Engenheiros – instituição que defendia a permanência dos moradores – rebatiam a justificativa do poder público para a retirada das famílias do Santa Cruz. Através de um estudo sobre as condições físico-químicas e bacteriológicas da água e do solo da ocupação, eles concluíram que “pequenos investimentos poderão recuperar integralmente a área, reabilitando-a e adequando-a para uma possibilidade de ocupação com maior nível de conforto e segurança” (apud FRANÇA, 1983). O tratamento desse lixo e a descontaminação do terreno, contudo, nunca foram realizados.

contexto em que a grande maioria dos moradores do Santa Cruz não ganhava nem salário mínimo e muitos outros estavam desempregados?

[Os moradores] temem entregar a casa onde vivem e ficar sem nada. “E se, de repente, eu perco o emprego e não consigo pagar o financiamento da nova casa e sou despejado, como aconteceu com minha tia”, pergunta [L. B. de Souza], morador do Parque Santa Cruz há mais de cinco anos. [...] “Quem se recusaria a sair para um lugar melhor onde a gente pudesse furar cisterna à vontade? Mas como entregar o meu barraco que ficou em mais de Cr\$ 400 mil – foi construído em quatro anos – para o governo, sendo que ainda estamos devendo parte do material?” [questionou uma moradora]. Outros, que também desejam mudar-se, desistiram de acatar a proposta, desconfiados das vantagens reais que a transferência para a Chácara lhes traria (idem, 1983).

O melhor então foi permanecer numa ocupação que já estava consolidada¹⁶, na qual as pessoas tinham fixado suas casas e construído seus vínculos afetivos, ao invés de se aventurar na Chácara do Governador, onde elas não teriam qualquer garantia de sobrevivência.

Até o ano de 1985, quando o impasse da permanência ou não da comunidade do Parque Santa Cruz ainda não tinha sido resolvido, a decisão de transferir os moradores acabou gerando uma reação truculenta da polícia militar contra aqueles que protestavam e impediam a derrubada de suas casas pelos tratores da prefeitura de Goiânia.

Dora: *A gente enfrentou polícia. Meu marido foi preso por isso aqui, menino.*

A: *Mas, por conta de tentar tirar o pessoal daqui?*

D: *É, eles ia tirar. Depois veio o pessoal pra tirar, né, e nós resistiu. Na época, era um grupo muito grande que a gente tinha organizado. Qualquer coisa entrava todo mundo junto. [...] a gente tava num grupo, [uns] ficava de lá, outros de cá, e se a polícia chegasse, alguém soltava foguete pra avisar que a polícia vinha, né.*

A: *E acontecia muitas vezes da polícia chegar aqui e querer tirar...?*

D: *Chegava. Eles queria tirar mesmo, com polícia mesmo. [...] Nós resistia, nós juntava as criança assim, punha na frente. Eles chegou a vim com máquina, com patrôla. Nós falava: “Passa em cima”. Eu era meio assim, meia doidona de tudo, senão... Depois da conquista, a gente sair? Num dava não... Aí esse dia [numa das tentativas de remoção], quando o pessoal ligou lá [para o marido dela, que estava no trabalho], falou assim que aqui tava cheio de polícia e tava levando eu presa. E ele veio correndo. Mas eu não cheguei a ir presa, não. Eles falou que ia levar nós pra fazer uma entrevista e... mas quase que a gente foi presa mesmo. Eles ia fazendo tipo um sequestro, eu e mais outra*

¹⁶ Em 1983 o Santa Cruz contava com cerca de 800 famílias (apud FRANÇA, 1983). Um ano antes, “os moradores conseguiram do governo a ligação de energia elétrica” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1987). Quatro anos mais tarde, a população do bairro já girava “em torno de cinco mil habitantes” (idem, 1987).

senhora, dona Ana. Aí meu marido veio. Aí ele segurou a caixa de foguete, os policial já foi chegando e jogando ele dentro da viatura, e carregando. [...] nós resistia, sabe? Nós fazia era cerca de criança, mesmo, e jogava... “Vamu ver se eles vai levar”. “Então nós vai prender os homem” [retrucavam os policiais]. “Então vai levar nós também. Que nós vamou comer, todo mundo, é lá na cadeia, e levar nossos filho” (Dora, entrevista, 26/01/2011, Goiânia).

Mas a população não estava sozinha no conflito. Entre o final dos anos 1970 e o início dos 80, havia em Goiânia grupos de jovens católicos ligados à pastoral da juventude e à militância do Partido dos Trabalhadores (PT), que atuavam junto às comunidades da periferia da cidade numa perspectiva política influenciada tanto pelos teóricos da teologia da libertação, quanto pelo educador Paulo Freire. Dentre estes grupos havia um composto pelos então estudantes Horácio Antunes, Benedito Rodrigues (Bené), José Olímpio e Maria José (Zezé)¹⁷, que viveram no Santa Cruz entre os anos de 1980 e 1983¹⁸ (conforme o depoimento de Zezé, em 20/11/2010). O objetivo dos quatro estudantes era apoiar a associação de moradores, acompanhar suas decisões e fortalecer suas reivindicações pelos direitos à moradia própria, regularizada, e à cidadania.

Horácio: *A nossa ação era muito no sentido de operar... visando a organização dos moradores, através de algumas experiências. Então, uma delas em que pra gente tinha uma importância muito grande era associação de moradores, né. [...] todos nós acompanhávamos, mas o Bené acompanhava mais de perto a associação de moradores. [...] tentando assessorar, dar instrumentos, orientar no sentido de uma ação junto aos poderes públicos e tal, né. [...] E aí... uma das atividades que a gente tinha lá era associação de moradores, a outra era o núcleo do PT. Então nós fundamos o PT lá no Parque Santa Cruz. Nesse momento, o PT era organizado por núcleos. Então a gente tinha o nosso núcleo lá. [...] Tinha um grupo de teatro. Eu trabalhava mais com o grupo de teatro, tentando envolver a juventude, muito voltado pra igreja. Então a gente fazia uma encenação... chegamos a fazer dois anos a via sacra, ou outras coisas menores do cotidiano. Mas tinha esse grupo de teatro, que era o trabalho que eu me dedicava mais aí. Tinha as CEBs, a Comunidade Eclesial de Base, que atuava no centro comunitário. Lá foi construído um centro comunitário pela igreja. [...] o padre da paróquia, [...] ele ia celebrar missa, mas quando ele não ia, nós que fazíamos a celebração. [...] e discussões sobre a bíblia, sobre o evangelho e tal. Tanto no centro comunitário quanto nas casas também. O grupo de mulheres também, que a Zezé coordenou a criação. [...] a gente tinha bem claro qual era nosso papel lá. Nosso papel não era dirigir, mas dá apoio, estimular a formação, acompanhar. Então, a gente não tinha nenhuma intenção de assumir direção. Na associação de moradores, a gente não assumia cargos. A gente sempre operava como assessor mesmo (Horácio, entrevista, 28/12/2010, Goiânia).*

¹⁷ São os seus verdadeiros nomes.

¹⁸ Agradeço enormemente ao Prof.º Dr. Manuel Ferreira Lima Filho e à minha orientadora, Prof.ª Dr.ª Telma Camargo da Silva (ambos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFG), por me informarem sobre a existência desse grupo. Através deles pude entrar em contato com Horácio Antunes (hoje sociólogo e docente da Univ. Federal do Maranhão) e com Maria José (antropóloga, professora da Pontifícia Univ. Católica de Goiás), e entrevistá-los.

A partir de 1985, com o decreto municipal que autorizou o loteamento e a urbanização do Pq. Santa Cruz, serviços e equipamentos coletivos começaram a chegar ao bairro. Em 1987 a população já contava com rede de água tratada e as tubulações da rede de esgoto já tinham sido instaladas – embora ainda não estivessem coletando o esgoto doméstico, que corria a céu aberto pelas ruas (DIÁRIO DA MANHÃ, 1987). No início dos anos 1990, suas ruas foram todas asfaltadas. Atualmente, há no Pq. Santa Cruz coleta regular de lixo e transporte público. O bairro está próximo às instalações da Universidade Estadual de Goiás e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (com o seu Memorial do Cerrado), e da Agência Goiana de Comunicação (AGECOM). Há uma agência bancária na comunidade, bem como um comércio diversificado tanto ao longo da Avenida Contorno quanto no interior do bairro. Foi esse Santa Cruz que eu havia encontrado à primeira vista.



A Avenida Contorno e o seu movimento intenso. Ela é a fronteira que separa o Parque Santa Cruz (ao fundo) da Chácara do Governador

Foto: Arthur Pires Amaral

Data: 09/04/2011.

Mudança de planos: o campo me faz rever a abordagem das percepções nativas de risco

Antes de dar início à minha pesquisa etnográfica no Parque Santa Cruz, eu imaginava que iria encontrar vários moradores insatisfeitos com o lugar onde vivem, e que esse sentimento fosse, em grande parte, motivado pelos problemas que o lixo aterrado poderia trazer à estrutura de suas casas e à sua saúde – devido a uma possível contaminação da água naquela área. Imaginei até que os nativos manifestariam enfaticamente esses problemas através de suas percepções de risco, de modo que o lixo pudesse ser o principal elemento formador de suas ideias e atitudes relativas a um *risco de moradia* no bairro.

Contudo, quase todos os 26 moradores com quem conversei (sobretudo, aqueles que viveram no período do lixão) destacam o quanto estão satisfeitos com a vida no bairro¹⁹: “Eu adoro morar aqui!”, “Aqui é bem localizado”, “É perto de tudo: de escola, hospital, supermercado, do trabalho...”, comentam. São nesses momentos que eu vejo como é evidente o orgulho dos pioneiros de terem tido, no Santa Cruz, a possibilidade de construir – uns pela primeira vez – a casa própria e, assim, garantir aos filhos um futuro digno e uma vivência bem diferente daquela pela qual passaram, com dificuldades e sofrimento, antes de se fixarem por lá.

Arthur: *E quê que a senhora acha de morar aqui no Parque Santa Cruz?*

D: *Óia, pra mim é uma história. Eu tenho um amor muito grande disso aqui. Aqui é uma história, assim, uma conquista de muita luta. Porque era difícil. Meu marido sozinho que trabalhava na época, eu num trabalhei. A gente vinha do interior. [...] E a gente veio cru de tudo, né. Porque a gente foi criada na roça, num tinha estrutura de nada, e vinha pra cidade. Foi muito difícil de enfrentar o aluguel. Eu tenho vez que a gente acordou de noite com dois menino, dois menino chorava de frio, porque num tinha manta, agasalho no tempo do frio, né. Cê pagava aluguel, aí cê pensava: “Tô despreocupado”. Logo era hora [de pagar outra vez], né. Então, quando eu ganhei isso aqui foi uma vitória. Foi um presente maior do mundo que eu tive foi esse lote, sabe? E daí então, a gente foi devagarzinho, mexendo, mexendo. Hoje num tá bão não, mas é meu! Eu louvo a Deus por isso, e os menino [os então estudantes Horácio, Bené, Zé Olímpio e Zezé] que me ajudou muito. Assim, toda madrugada eu gosto de levantar e orar. Eu agradeço muito a Deus, e peço que Deus cuide de cada um, né, que ajudou a gente. A gente enfrentou*

¹⁹ Apenas duas moradoras comentaram comigo que não gostam de viver no bairro e que, se tivessem condições financeiras para comprar um novo imóvel, ou pagar aluguel, já teriam se mudado para outras regiões de Goiânia. Por causa desse descontentamento, elas me contaram que não estabelecem vínculos afetivos fortes com o lugar e nem mesmo com os vizinhos, apesar de residirem no bairro há muito tempo – uma está com 8 anos de Santa Cruz; a outra (dona Nadir), com 30 anos.

polícia. Meu marido foi preso por isso aqui, menino (Dora, entrevista, 26/01/2011, Goiânia).

Se, num primeiro momento, minhas perguntas davam uma maior ênfase à experiência cotidiana dos moradores em viver sobre um antigo lixão, ao longo das entrevistas suas narrativas me sinalizam que a maior fonte desse risco não é o lixo, mas, talvez, a violência gerada pelo comércio e uso de drogas na região, responsável por vários assassinatos de jovens da comunidade a partir dos anos 1990 e, também, por criar um estigma contra a sua população.

E essa discriminação, sofrida e expressa pelos nativos que conheci, provém de um olhar externo: o dos moradores de bairros vizinhos (como o Parque das Laranjeiras, a Chácara do Governador e o Parque Ateneu, por exemplo), que percebem o Santa Cruz como um bairro “de gente perigosa”. Porém, essa visão não se restringe às redondezas do bairro. A representação negativa do lugar está presente também no ambiente de trabalho, onde muitas vezes é preciso não revelar o endereço da residência se não quiser perder o emprego, virar motivo de comentários preconceituosos entre os colegas ou, se estiver procurando algum trabalho, para não perder a vaga para outra pessoa, pelo simples fato de ser um morador do Pq. Santa Cruz.

A: *E dona Nadir, a senhora já sofreu, ou parente da senhora, amigo, ou alguém que cê já ouviu falar, já sofreu preconceito por morar aqui no Parque Santa Cruz?*

N: *Já. É... cê num podia nem falar... Se ocê falasse que cê morava, cê num arrumava nem emprego. Se falasse que morava no Santa Cruz, eles dispensava. Era desse jeito. Teve uma vez que eu arrumei um emprego, comecei a trabalhar. Num tinha falado onde morava, não. Quando eu preenchi a ficha, que eu disse onde morava, no outro dia eles me dispensaram. [...] [o pessoal dos bairros vizinhos acha que] Todo mundo que mora aqui, não tem ninguém que presta aqui. Todo mundo que mora aqui mexe com droga, é traficante, é bandido, é assaltante, rouba.* (Nadir, entrevista, 22/01/2011, Goiânia).

.....
Arthur: *A senhora já foi discriminada por falar que mora no...?*

Marta: *Já e muito, muitas vezes! Em todos os lugar que a gente vai.*

A: *Qual situação já aconteceu?*

M: *Os filhos, emprego... Inclusive, o meu menino. A hora que o patrão soube que ele morava no Santa Cruz, ele falou assim: “Cê mora no Santa Cruz?”. Ai pediu ele pra arrumar amigos dele pra trabalhar lá, mas que não fosse do Santa Cruz. Se fosse do Santa Cruz, que pegaria o endereço de outro lugar. E isso tem o quê? Uns 5 meses, 6 meses, assim. Eu acho que num existe uma discriminação maior do que essa.*

Sandro: *Ela pegou um taxi na rodoviária um dia, e chegou... Quando falou que morava aqui, eles [o taxista] deixaram ela lá em cima [na entrada da AGEKOM, a uns 10 minutos de sua casa].*

M: *Eles fizeram desconto e me deixaram lá. Que não entrava aqui (Maria - 47 anos e Sandro - 48, entrevista, 09/04/2011, Goiânia).*

.....

Arthur: *E a senhora já sofreu algum tipo de preconceito pelo fato de morar aqui no Parque Santa Cruz?*

Márcia: *Já. Teve muita gente. Ixi! Aqui teve uma época, não só comigo. Mas tinha muita gente aqui que ia arrumar um emprego. Na hora de fazer a ficha, que dava o endereço... Não, não empregava. Nós sofreu preconceito aqui, foi muito! No início, né, o pessoal do CERNE [do antigo Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado de Goiás – que é hoje a Agência Goiana de Comunicação] num pegava o pessoal do Parque Santa Cruz pra trabalhar. Foi muito difícil. A gente já ouviu muitas vez, passando pra ir trabalhar aqui, falar que o pessoal daqui era o gado, né. O gado do Santa Cruz. A gente sofreu muito preconceito!*

A: *E a senhora acha que esse preconceito era mais... Quê que fazia o pessoal falar mal aqui do Santa Cruz?*

M: *No início é porque aqui era um lixão, né. A gente morava no lixo. E depois, é porque as pessoas achava que todo mundo aqui mexia com droga. Era, né, era traficante. Num era pessoas de família. Achava que todo mundo aqui oferecia perigo, sabe? Tanto homem quanto mulher.*

A: *E esse preconceito, ele é mais de pessoas que moram na vizinhança, ou também de pessoas que moram mais longe?*

M: *O pessoal do Parque das Laranjeira, por exemplo, eles tinham um preconceito muito grande. Muito grande mesmo, com a gente. Tanto que nem a igreja num se misturava. De jeito nenhum. A nossa igreja num tinha matriz. [...] Não tinha matriz porque eles não colocava aqui o Parque Santa Cruz como uma comunidade. De jeito nenhum (Márcia, entrevista, 22/01/2011, Goiânia).*

Até o momento, eu venho me deparando com a seguinte situação. Por um lado, a grande maioria dos 26 moradores entrevistados associa: (I) as rachaduras nas paredes; (II) o afundamento de pisos e rodapés; (III) o mau-cheiro no bairro em tempos quentes e úmidos; (IV) e a dificuldade de se plantar no quintal ou cavar uma cisterna, aos resíduos que se decompõem sob o terreno do bairro há cerca de três décadas. Essa relação era levantada e discutida pelos moradores quando eu lhes exibia imagens fotográficas²⁰ que

²⁰ Durante o trabalho de campo, o recurso visual por meio de fotografias é adotado de maneira a retratar, por exemplo, o afundamento do piso das casas e as rachaduras de suas paredes; as técnicas e os recursos materiais utilizados pelos habitantes para conter um possível desabamento das edificações, e os resíduos que ainda se encontram pouco abaixo da superfície do terreno. Quando mostro essas fotografias aos

retratam, entre outras coisas, as grandes rachaduras existentes em algumas residências do Santa Cruz, e, ao mesmo tempo, perguntava a cada um deles: “Isso aí é por causa do lixo? É perigoso morar nessas casas?”. Suas respostas foram quase sempre algo como: “É por causa do lixo, mas eu não acho que é perigoso morar aí”. Ou então: “Nunca aconteceu nada comigo. Se tivesse que acontecer alguma coisa, já tinha acontecido, né?”.

Por outro lado, eu sempre faço aos moradores uma mesma questão: “O que mais preocupa as pessoas que moram aqui no Parque Santa Cruz?”. As respostas foram unânimes e ditas muitas vezes baixinho, com reservas, acompanhadas por um olhar atento e desconfiado ao redor, para ver se ninguém mais nos observava (*Cuidado!*, eles pareciam me dizer nessa hora): “São as drogas, com certeza”, “É essa matança aí”. Minha pesquisa teve então que ampliar o seu foco de reflexão acerca das percepções nativas de risco, de maneira a buscar nas falas dos moradores não apenas aquelas histórias a respeito do lixo, mas, igualmente, aquelas que revelassem o medo de muitas famílias do bairro com relação à violência urbana. Será que esse medo está articulado à construção e seleção nativa de riscos, de tal modo que o lixo em decomposição e os efeitos desse processo deixem de ser percebidos como um perigo pela comunidade? O depoimento de dona Ângela (59 anos), moradora do Santa Cruz desde 1980, me impactou:

A: *Mas a senhora acha que esse lixo é perigoso pros moradores?*

Ângela: *Eu acho que não. Sei não, porque eu acho que eu nunca tive problema nenhum... Meus menino...*

A: *Nunca teve nada?*

Âng.: *Não. Graças a Deus.*

A: *E a senhora também nunca soube de alguém que já teve problema, assim... Problemas mais sério na casa?*

Âng.: *Eu sei, eu sei como que é. Mas, que eu soube, não. Fiquei sabendo não.*

A: *A senhora acha que aqui no bairro tem alguma coisa que é, assim, muito mais perigosa do que o lixo, por exemplo?*

entrevistados, eu levo em consideração a capacidade dos nativos de atribuir diferentes significados às suas experiências sociais representadas em imagens fotográficas – através da câmera do etnógrafo – e que escapam ao olhar e às perguntas do pesquisador em campo (BITTENCOURT, 1998; MOREIRA LEITE, 1998). Com essa estratégia metodológica, espero assim que tais imagens se transformem em símbolos intermediários entre os sujeitos da etnografia e o etnógrafo (BITTENCOURT, op. cit.), de modo a incentivar os moradores a declararem suas ideias, atitudes e os sentidos do que venha a ser um *risco de moradia*.

Âng. *Ô menino, deixa eu te falar.* O perigo que cê quer saber, você já sabe muito bem. Num precisa d'eu te explicar. *Porque todo mundo sabe que num é só num lugar. Se quer dizer isso, né? [...] E agora eu tô criando minhas 4 neta, com fé em Nossa Senhora da Aparecida. Porque eu dou conselho direto: “Minhas filha, não faça coisa errada. Pelo amor de Deus”. [...] Então o que eu queria falar num precisa d'eu falar, cês já sabe. Dou conselho: “Minhas filha, as coisa é assim, assim, assim, assim. Não faça coisa errada. Pelo amor de Deus, não faça!”.* *Porque a gente num pode ficar só atrás do filho, só atrás do neto, não pode. Falo: “Minhas filha, cês é ativa. Ocês tá vendo, cês tá vendo o erro, o perigo na cara. Vocês cai se quiser. E se cair, fica lá. Criei, criei, tô criando. Num faça coisa errada. Porque se fazer coisa errada, fica lá. Num vem me procurar não, porque eu num vô dar a mão mais não”.* *Cê entendeu? (Ângela, entrevista, 22/01/2011, Goiânia; grifos meus).*

No início do trabalho de campo, eu me preocupava somente em identificar as possíveis ameaças que os resíduos aterrados no bairro trouxeram, ou poderiam trazer, à estrutura de suas casas e à saúde da população para, depois, compreender a forma como os moradores dão significados diversos a essa presença do lixo em seus cotidianos e atuam sobre ela. Meus questionamentos se baseavam na ideia única de que o risco de moradia seria representado pela comunidade a partir das consequências materiais do lixo em decomposição. Mas essa abordagem, por si só, não conseguiu dar respostas ao porquê de os moradores priorizarem a violência relacionada ao envolvimento de jovens do Santa Cruz com as drogas, num contexto social em que as pessoas entrevistadas nunca sofreram qualquer tipo de ameaça física por parte de usuários ou traficantes. Suas narrativas apontavam para uma direção diferente.

Considerações finais: riscos são construídos e percebidos a partir de um lugar

Minhas observações no Pq. Santa Cruz passaram então a apreender esse espaço urbano por meio do conceito antropológico de *lugar* (ROTENBERG, 1993; RODMAN, 1993). Assim, o Santa Cruz que busco não é apenas aquele da forma material visível, expressa num território que já foi lixão, com suas ruas e vielas estreitas, irregulares e asfaltadas; seus becos sem saída; suas cisternas domésticas desativadas (porque a água retirada daí “não presta”), e seus imóveis de alvenaria de diferentes tamanhos, design, acabamentos e finalidades (lar, comércio, culto religioso, educação escolar e assistência social à comunidade, entre outras) – cuja estrutura é, em muitos casos, marcada por diversas e profundas rachaduras, revelando a presença persistente de uma grande

quantidade de lixo aterrado e em decomposição. Esse bairro é também um conjunto de experiências de vida, práticas cotidianas e conhecimentos, compartilhado por seus habitantes em suas tentativas individuais, ou coletivas, de compreender e dar significados a um contexto de vulnerabilidade socioeconômica e civil²¹ que se lhes apresenta e que, por isso, foram/são impelidos a agir, transformando-o (ROTENBERG, op. cit.: xi-xiii).

O Parque Santa Cruz deve ser entendido, portanto, como o resultado de um processo social ininterrupto, conflitivo, de ocupação e produção do espaço físico (*built form*) e simbólico (*experience of place*) de Goiânia, que envolve “an extension of the self, the state, or many interests, individuals, and institutions in between” (RODMAN, op. cit.: 137). Sendo também expresso numa tensão permanente entre o modo como os moradores pensam esse espaço urbano e se apropriam dele, e as políticas de habitação implementadas por instituições públicas, as quais acabam por conferir novos usos à cidade.

Além disso, torna-se cada vez mais evidente para mim a urgência de se entender por que os moradores consideram a violência gerada pelas drogas como o principal ou, mesmo, o único fator que coloca em risco a sua moradia no bairro e, ao mesmo tempo, negam ou ignoram os efeitos decorrentes da decomposição do lixo aterrado há mais de três décadas sob suas casas, apesar de conhecê-los e expressá-los em diferentes momentos de suas narrativas. À procura de uma maneira de tratar esse problema, minha pesquisa passou a se fundamentar nas discussões da antropóloga Mary Douglas sobre o modo como os processos de construção, seleção e aceitabilidade de riscos, podem ser vistos enquanto uma reação coletiva àquilo que ameaça os modos de vida idealizados e estabelecidos pelos membros de diferentes formas de organização social.

Um exemplo desse processo é mostrado pela autora (DOUGLAS & WILDAVSKI, 1983; WUTHNOW et. al., 1984) ao analisar a súbita e generalizada preocupação da sociedade estadunidense, com a poluição gerada pelas atividades de usinas nucleares e de indústrias químicas, ou petrolíferas, durante as décadas de 1960 e 1970. Douglas e Wildavski queriam compreender quais condições sociais específicas foram articuladas às percepções de risco da população americana, de forma que ela

²¹ “Refere-se à situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania. Entre eles destaca-se a questão habitacional [... em que muitos] estão submetidos a um processo que denomino *espoliação urbana* [...]. O outro lado da vulnerabilidade [...] refere-se à integridade física das pessoas, ou seja, ao fato de vastos segmentos da população estarem desprotegidos da violência praticada por bandidos e pela polícia” (KOWARICK, 2009b: 19).

passasse a priorizar amplamente os riscos ambientais e tecnológicos, neste momento particular de sua história.

Os autores partem das seguintes constatações: a produção de energia nuclear, as extrações de petróleo no fundo do mar e a emissão de gases tóxicos pelas indústrias nos EUA, já movimentavam sua economia em anos anteriores ao espaço de tempo acima considerado. Os seus efeitos altamente poluentes, também. A natureza não estava poluída somente nestes 15 ou 20 anos. Contudo, a preocupação “histórica” de vários segmentos da sociedade estadunidense com o meio-ambiente se concentrou de forma dramática exatamente durante esse período (WUTHNOW et. al., 1984). Por quê? Para compreender essa situação, Douglas recorre então a uma interpretação das crenças em poluição (*pollution beliefs* ou *danger beliefs*), que ela vinha desenvolvendo desde *Pureza e Perigo* (1991 [1966]); a saber: que o estudo dos tipos particulares de perigos, de riscos²², escolhidos por uma cultura deve ser realizado conjuntamente com a observação do tipo de sociedade que seus membros querem e buscam ter.

Os anos 1960 e 70 foram os mais traumáticos para a história dos Estados Unidos no último século. Num curto espaço de tempo, o povo americano assistiu à eclosão de um amplo movimento pelos direitos civis, a inúmeros protestos estudantis, à derrota militar do país na guerra do Vietnã e ao escândalo político no mais alto escalão do poder federal – o caso Watergate, que culminou na renúncia do ex-presidente americano Richard Nixon. Acrescente-se a isso o aumento exorbitante do preço do barril de petróleo, que os EUA importavam de países do Oriente Médio. É preciso lembrar ainda que esse foi um período no qual a hegemonia política e econômica dos Estados Unidos no mundo, conquistada desde o fim da Segunda Guerra, começou a entrar em declínio (WUTHNOW et. al., op. cit.: 96).

Todos estes processos resultaram numa crise profunda da identidade nacional e numa ameaça às representações coletivas (ibidem, 1984) referentes ao *American way of life* – símbolo do tão aclamado empreendedorismo individualista do estadunidense, da riqueza e do conforto materiais obtidos através do trabalho árduo, e do seu orgulho em pertencer a esta “terra das oportunidades”. Essa série de crises sociais acabou provocando um colapso tanto da autoconfiança do cidadão americano quanto da confiança que ele depositava em suas principais instituições sociais. A ciência e a tecnologia começaram,

²² “[...] the argument of *Purity and Danger* is put into terms of risk” (DOUGLAS, 1996: 4).

então, a ser duramente criticadas, pois eram agora percebidas como fontes de risco, e não mais como instrumentos institucionais que garantiriam a segurança nacional (DOUGLAS & WILDAVSKY, 1983).

Como a nação reagiu a tudo isso? Para Mary Douglas, a solução encontrada pela população e pelos grupos ambientalistas foi criar um (novo) tipo moderno de bode expiatório (*scapegoat*) ao qual se poderia atribuir a culpa de todos os males que a sociedade era vítima: as indústrias e instituições responsáveis pela poluição do meio-ambiente. Assim, embora a ampla e repentina preocupação dos estadunidenses com os riscos ambientais, durante anos 1960 e 70, fosse expressa através de um medo comum dos possíveis desastres provocados pela interferência tecnológica na natureza, a razão da atenção especial dada a esses perigos estava, na verdade, no medo comum da população quanto ao futuro incerto de um modo de vida (WUTHNOW et. al., 1984: 96) que fundamenta as origens e a manutenção da identidade americana.

Daí a minha proposta, daqui adiante, de uma pesquisa etnográfica que desenvolva uma análise da construção de riscos no Santa Cruz a partir de uma articulação entre a ideia de *lugar* e as noções de *impureza*²³ e *perigo*. Meu trabalho de campo procura, agora, compreender um pano de fundo moral e político que orienta a avaliação feita pelos moradores das relações sociais que ameaçam os seus ideais de moradia no bairro – e que, por isso, passam a ser classificadas como perigosas (conforme DOUGLAS, 1991 e 1996; DOUGLAS & WILDAVSKY, 1983).

Dessa maneira, penso que o campo me possibilitará visualizar a forte articulação entre percepção de risco e violência, no Parque Santa Cruz, como uma consequência dos padrões de vida “digna”, “correta” e “decente” (DOUGLAS, 1986: 82), estabelecidos pelos moradores ao longo de suas trajetórias de vida e de luta pelos direitos a uma cidadania conquistada através do lixão.

²³ “Quando tivermos abstraído a patogenia e a higiene das nossas ideias sobre a impureza, ficaremos com a velha definição nas mãos: qualquer coisa que não está no seu lugar. Este ponto de vista [... implica], por um lado, a existência de um conjunto de relações ordenadas e, por outro, a subversão dessa ordem. A impureza nunca é um fenômeno único, isolado. Onde houver impureza, há sistema. Ela é o subproduto de uma organização e de uma classificação da matéria, na medida em que ordenar pressupõe repelir os elementos não apropriados. Esta interpretação da impureza conduz-nos diretamente ao domínio simbólico” (DOUGLAS, 1991: 50).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Joice M. de & GÜNTHER, Wanda M. Risso. Riscos à saúde em áreas contaminadas: contribuições da teoria social. **Saúde e Sociedade**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo/Associação Paulista de Saúde Pública. Vol. 18, n. 2, 2009, p. 312-324.

BITTENCOURT, Luciana A. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO, Bela & MOREIRA LEITE, Míriam L. (organizadoras). **Desafios da imagem**: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998, p. 197-212.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Tradução de Sônia Pereira da Silva. Lisboa, Edições 70, 1991 [1966] (coleção Perspectivas do Homem, n.º 39).

_____. **Risk and Blame**: essays in cultural theory. London: Routledge, 1996 [1992].

_____. **Risk Acceptability According to the Social Sciences**. New York: Russell Sage Foundation, 1986 (Social Research Perspectives: occasional reports on current topics; 11).

DOUGLAS, Mary & WILDAVSKY, Aaron. **Risk and Culture**: an essay on the selection of technological and environmental dangers. Berkeley: University of California Press, 1983 [1982].

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009a.

_____. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009b.

MOREIRA LEITE, Míriam L. Texto visual e texto verbal. In: FELDMAN-BIANCO, Bela & MOREIRA LEITE, Míriam L. (organizadoras). **Desafios da imagem**: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998, p. 37-49.

RODMAN, Margaret. Beyond built form and culture in the anthropological study of residential community spaces. In: **The cultural meaning of urban space**, edited by R. Rotenberg and G. W. McDonogh. Westport, Conn.: Bergin and Garvey, 1993, p. 123-138.

ROTENBERG, Robert. Introduction; On the salubrity of sites. In: **The cultural meaning of urban space**, edited by R. Rotenberg and G. W. McDonogh. Westport, Conn.: Bergin and Garvey, 1993, p. xi-xix e p. 17-30.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008 (col. Paradidáticos. Série Poder).

WUTHNOW, Robert et. al. The cultural anthropology of Mary Douglas. In: **Cultural analysis: the work of Peter L. Berger, Mary Douglas, Michel Foucault, and Jurgen Habermas**. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1984, p. 77- 132.

Fontes:

ASSIS, Deire. Um bairro inteiro sobre o lixo: casas de bairro que nasceu sobre depósito de rejeitos, inclusive hospitalar, apresentam várias rachaduras. **O Popular**. Goiânia, 21 de outubro de 2006.

DIÁRIO DA MANHÃ. Moradores têm pressa na ligação do esgoto. **Bairros** – Parque Santa Cruz. Goiânia, 28 de novembro de 1987.

FILHO, Francisco Alves. A morte no lixão. **ISTOÉ – Independente**. Rio de Janeiro, 09 abr. 2010. Disponível em:
<http://www.istoe.com.br/reportagens/64153_A+MORTE+NO+LIXAO>. Acesso em: 27 out. 2010.

FRANÇA, Lisa. O dilema dos moradores no Santa Cruz. **Diário da Manhã**. Goiânia, 23 de janeiro de 1983.

GLOBO.COM. Em todo o Brasil, milhares de pessoas vivem sobre lixões. Rio de Janeiro, 14 abr. 2010. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL1568682-16020,00-EM+TODO+O+BRASIL+MILHARES+DE+PESSOAS+VIVEM+SOBRE+LIXOES.html>>. Acesso em: 27 out. 2010.

GOIÁS (Estado). **Agência Goiana de Habitação – AGEHAB**. Capacitação de cadastradores: Parque Santa Cruz, Aroeiras e Chácara do Governador. Goiânia, 2010. 51p.

MARCOS, Almiro. Mais de 5 mil pessoas moram sobre lixões na Grande Goiânia. **O Popular**. Goiânia, 10 de abril de 2010, p. 6.

O ESTADO DE S. PAULO. Lições do Morro do Bumba. **Opinião**. São Paulo, 15 abr. 2010. Disponível em:
<http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100415/not_imp538467,0.php>. Acesso em: 27 out. 2010.

REDAÇÃO ÉPOCA. Prefeito de Niterói afirma que não conhecia tamanho do risco. **Revista Época**. Rio de Janeiro, 11 abr. 2010. Disponível em:
<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI132336-15223,00.html>>. Acesso em: 27 out. 2010.

REINA, Eduardo. 17 mil vivem sobre lixões na Grande SP. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 13 abr. 2010. Disponível em:
<http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100413/not_imp537554,0.php>. Acesso em: 27 out. 2010.